

## Manipulação e protesto no ambiente mediático: uma análise semiótica<sup>1</sup>

Flávio Augusto QUEIROZ E SILVA<sup>2</sup>

Universidade de Brasília, Distrito Federal, DF

### RESUMO

Este trabalho analisa um cartaz compartilhado em blogs e redes sociais, a partir de conceitos como “inquirição” e “abdução”, na teoria do lógico americano Charles S. Peirce. O objetivo é discutir a separação entre emissores e receptores na dinâmica da comunicação de massa, bem como a ideia de “controle da mente”, que o dito cartaz propõe e defende. Nesse sentido, entendemos que, em primeiro lugar, o anúncio é resultado de uma formulação conceitual que decorre de uma inquirição, e que, por isso, cai na armadilha de contradizer o núcleo de sua motivação, já que, em segundo lugar, essa inquirição acontece em uma sociedade midiaticizada cujo comportamento difere radicalmente do de uma “massa manipulada”.

**PALAVRAS-CHAVE:** mídia; manipulação; inquirição; semiose; Peirce.

*La filosofía es una búsqueda capaz de transformar el pensamiento,  
los sentimientos y la misma vida de quien la emprende con ilusión.  
Esta indagación es la que los angloparlantes llaman “inquiry”.*

Jaime Nubiola

*Doutrinas são cristais, métodos são fermentos.*

Charles S. Peirce

Este trabalho é uma análise de uma manifestação pública (propaganda, cartaz) encontrada na internet em janeiro de 2012. Ela foi compartilhada e comentada em sites como Facebook e blogs sobre mídia alternativa, na mesma época. Não procuramos desvelar “o” sentido dos signos aí apresentados, até porque, se seguirmos a rigor a proposta epistemológica do lógico americano Charles S. Peirce (aqui, autor de base), veremos que nenhum signo precisa ter um significado determinado. Por exemplo, a cor vermelha em uma pintura não obrigatoriamente representa amor ou violência, mas pode significar que o pintor quis mudar de estilo naquele dia, representar a cultura cromática de toda uma época ou, ainda, indicar que o artista não tinha outra cor em sua palheta para finalizar a obra. De fato, “como qualquer coisa do mundo existe em uma quantidade indefinida de relações

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Semiótica da Comunicação do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando na linha de Teorias e Tecnologias da Comunicação, PPG-COM FAC, UnB, email: [flavio.aqs@gmail.com](mailto:flavio.aqs@gmail.com).

monádicas, diádicas e triádicas consigo e com o mundo, não conseguiríamos fazer o inventário de todos os objetos que uma coisa, uma vez semiotizada, pode representar” (LEFEBVRE, S/DATA, p.1)

O objetivo de fundo (isto é, a inquietação) que nos motiva é outro para além da análise: está naquilo que o mesmo lógico americano chama de “irritação da dúvida” – no caso, aqui, referimo-nos a uma irritação que se origina no encontro com uma “banalização” daquilo que se convém chamar de “análise semiótica”, isto é, no mau uso (aplicação, no sentido mais reduzido do termo) que às vezes observo da Semiótica. Toda aplicação conceitual – entendimento – requer um cuidado com a obra do autor para não isolar os termos de suas propostas de fundo. É o que foi assinalado por Ivo A. Ibri no livro *Kósmos Noētiós*, por exemplo:

O difundido hábito de se iniciar o estudo do pensamento peirceano pelas (des)conhecidas doutrinas da Semiótica e do Pragmatismo conduz, a nosso ver, a um entendimento precário e fragmentado da obra de Peirce. Princípios tal estudo pelo exame da Semiótica, uma teoria geral dos signos, para a qual o autor pretende o estatuto de uma Lógica, pode conduzir o leitor a uma ciência meramente taxonômica, uma estranha matriz classificatória das representações, desfigurando sua verdadeira função no quadro filosófico de Peirce. O Pragmatismo, por sua vez, como ponto temático de estudo, desde sua gênese, tem sido objeto de equívocos. De um lado, interpretam-no como uma regra utilitária, de outro, como um princípio transcendental (IBRI, 1992, p.XV).

Nesse sentido, para não fazer desta análise um exercício encerrado a taxonomias, é justamente como “Lógica” que entenderemos a Semiótica aqui, no sentido de Peirce (CP 2.227), ou seja, como uma análise das relações lógicas que constituem os processos de construção de pensamento – semiose, ou ação do signo. Essa “ciência da observação” marca a intenção de descobrir “o que devem ser os caracteres de todos os signos utilizados por uma inteligência científica, isto é, por uma inteligência capaz de aprender através da experiência” (*idem*). Isso significa que o *texto* examinado por nós neste trabalho será tomado como produto de uma “inteligência científica” imersa e articulada em uma dinâmica de conhecimento (*inquirição*). Nesse eixo começamos com a motivação-base: “por que eu quero fazer uma análise? O que eu quero entender?”.

O cartaz em questão se torna interessante para uma análise porque é *sintomático*, em dois sentidos, de uma relação entre meios de comunicação e sociedade. Digo em dois sentidos porque provoca e questiona a mídia em um movimento paradoxal – conflituoso – ao cenário do qual ele é um sintoma. Isto é, o cartaz manifesta duas visões epistêmicas diferentes e, sem saber, põe-nas em conflito. É isto que esta análise procura mostrar e discutir.

Usamos o termo “sintoma” para remeter àquilo que Carlo Ginzburg refere como a lógica “sintomatológica” de um processo semiótico de pensamento: “paradigma ou modelo baseado na interpretação de pistas” (GINZBURG, 1991, p.98). Ou seja, em um sentido *indicial*, interpretamos o anúncio como marca, rastro ou ainda sintoma de uma dinâmica de compreensão, manifestada por alguma “inteligência científica”, no seio de uma relação entre sociedade e meios de comunicação de massa. A reflexão levantada por nossa análise procura, então, ver qual é essa dinâmica de compreensão – como ela é possível – e, ao mesmo tempo, como ela abre espaço para ser criticada e questionada, como parece ser o que acontece no anúncio.

Vamos ao *texto*:



A rede Globo de televisão  
esta achando que pode  
comandar não somente o  
futebol, como a sua mente.

Então, vamos mostrar nosso  
poder como cidadão,  
concordando de não assistir  
sua programação no dia 25 de  
janeiro (25-01-2012).

É claro, que a emissora vai  
tentar de tudo com sua pro-  
gramação no dia 25, mas nós,  
acreditamos que nossa força  
ainda é maior.

Nada de Jornal nacional,  
BBB12, novelas e outros.  
Dia 25 DE JANEIRO, SEM  
GLOBO.

**DIA 25 DE JANEIRO  
DIA SEM GLOBO.**



*Figura 1*

Se por um lado aprendemos com o linguista lituano Greimas que “texto” não é só aquilo que está formalmente redigido, mas todos os elementos que se armam num *corpus* autônomo para a constituição de um sentido, podemos prosseguir com Peirce pensando que esse *corpus* é um entrelaçamento de relações lógicas, produtos de atividades inferenciais e

de um contexto de experiência – daí a origem comum entre texto e tecido (*textum, tecere*), textura, urdidura.

Diante desse tecido, em que elementos tipográficos, cromáticos e visuais são colocados, vamos nos focar nos seguintes períodos: “A rede Globo de televisão está achando que pode controlar não somente o futebol, como a sua mente. (...) É claro que a emissora vai tentar de tudo com sua programação no dia 25, mas nós acreditamos que nossa força é ainda maior”. O cartaz convoca, portanto, a que os espectadores boicotem a rede Globo na referida data, sob a alegação de que a emissora “controla a sua mente” e no intuito de demonstrar “que nossa força é ainda maior”.

Além disso, vamos percebendo, na experiência cotidiana e âmbito do senso comum, uma opinião por vezes expressa de que, além das omissões e fatos não noticiados, o mundo nos é sempre apresentado pelos recortes dos meios de comunicação e que, por isso, a mídia “nos engana”. Essa ideia também aparece em âmbitos acadêmicos – salas de aula, debates – no questionamento de como podemos entender as “distorções”, “vieses” ou possíveis “manipulações” da mídia frente à massa. Essas opiniões não foram por mim sistematizadas ou quantificadas, mas compõem aquilo que o sociólogo Charles W. Mills chamaria de “ofício intelectual”: um arquivo pessoal de anotações e impressões sobre experiências ao mesmo tempo pessoais e profissionais, que vão compondo o acervo do pesquisador e que lhe permitem buscar ideias novas para pensar o mundo, a partir de vivências de seu contexto (SANCHEZ, 2009, p.71).

Nosso objetivo é o de entender em que medida essas duas constatações (“a emissora controla a sua mente”; “nossa força ainda é maior”) são possíveis, isto é: de onde elas vêm, como podem ser formuladas? E, em seguida, a que levam, quais são seus efeitos, o que inferimos a partir daí? Vamos tentar responder a essas perguntas consultando alguns pontos da teoria de Peirce, com centralidade no conceito de “inquirição”, o que nos leva para conceitos como o de abdução, falibilismo e indeterminismo; depois consultamos alguns autores que trabalham uma determinada visão de interação entre mídia e sociedade, para entender de qual cenário este anúncio é um *sintoma*.

Para Peirce,

nossas várias conceitualizações do mundo não são simplesmente dadas, mas são o resultado de processos mentais construtivos, processos que têm os mesmos traços formais tanto no caso de crenças perceptivas normais quanto no de construção de teorias científicas. Em ambos os casos a questão é pensar um simples predicado (seja ele “vermelho” ou “elétron”) que reduza o múltiplo da experiência a algum tipo de unidade. Os processos mentais que geram todas as

nossas conceitualizações do mundo, da mais geral a mais precisa, são inferenciais por natureza (...) (DELANEY, 2002).

Nesta citação, o ponto defendido por Delaney é o de que qualquer predicado que constate ou represente um objeto, mesmo na mais cotidiana situação, é uma elaboração conceitual que resulta de inferências. Portanto, dizer que “a Globo controla sua mente” é um *conceito* que veio de alguma dinâmica do pensar. Nesse sentido, podemos retomar as quatro críticas que Peirce faz ao cartesianismo no texto *Questões referentes a certas faculdades reivindicadas pelo homem* (1868) e que aparecem formuladas na seguinte ordem, em *Algumas consequências das quatro incapacidades* (1868):

1. Não temos poder algum de Introspecção, mas sim, todo conhecimento do mundo interno deriva-se, por raciocínio hipotético, de nosso conhecimento de fatos externos. 2. Não temos poder algum de Intuição mas, sim, toda cognição é determinada logicamente por cognições anteriores. 3. Não temos poder algum de pensar sem signos. 4. Não temos concepção alguma do absolutamente incognoscível. (PEIRCE, 2008, p.261).

Retemos especialmente as proposições 2 e 3 para ressaltar que nenhum conceito é automático e desprovido de explicação: o seu sentido decorre justamente de ter sido elaborado a partir de ideias e ações anteriores. Esse fluxo de pensamentos [train of thought] acontece no eixo da inquirição, concebida na forma de “processos sígnicos no marco da vida dos indivíduos e dos seres vivos, e no caso do homem, esses processos se traduzem em ações e relações com o entorno” (MARTÍNEZ, 2010, p.26). Nesse sentido, uma vez não podendo pensar sem signos, estamos imersos na ação sígnica – *semiose* – que é “um modo de pensamento inferencial” (*idem*).

Sendo o esforço intelectual de entender aquilo que vem se apresentando para nós no mundo, a inquirição realiza a transição de um estado de dúvida para um de crença. Essa dinâmica não pode estar separada da própria experiência, porque este é o caminho para solucionar problemas conceituais ou teóricos tanto na filosofia quanto na ciência, visto que qualquer pensamento interessado em conhecer o mundo deve estar “comprometido com a investigação de assuntos de fato, e o único caminho para os assuntos de fato é o caminho da experiência” (CP 8.110). Isso supõe que “os assuntos de fato” sejam “a verdade qualquer que possa ser”, o que contrasta o método científico com a “atitude de seminário” (DELANEY, 2002) que consiste em defender uma suposta verdade a todo custo.

A experiência da qual essa inquirição se embebe é simplesmente vital: é uma “experiência que o homem vivencia em cada dia e hora de sua vida” (CP 8.110), lembrando que, se o objetivo dessa inquirição é levar ao conhecimento de uma verdade não importa como se apresente, ela acontece por um método científico (diferente do método de

autoridade, tenacidade ou *a priori* – CP 5.358 a 5.437), empreendido por homens estéticos, éticos e logicamente comprometidos.

Nesse sentido, levar ao conhecimento de uma verdade significa estabelecer uma regra de ação (hábito) coerente com essa realidade experimentada, guiando o pensamento e a ação subsequentes. Hábito para Peirce não é algo apenas cotidiano; para ele, “hábito” (como vários de outros conceitos) está localizado em uma maneira processual de encarar o mundo (inclusive sua evolução) e é portanto aquilo que conduz a ação evolutiva – de pensamento e de comportamentos – em um eixo cada vez mais estável. De maneira mais didática, poderíamos dizer que quando temos o estabelecimento ou a fixação de uma ação ou crença que nos preparará para a ação futura, temos um hábito.

No entanto, dessa matriz evolucionista extraímos a conclusão de que os conceitos pensados até o momento são provisórios e demandam aperfeiçoamento. Em termos propriamente semióticos, a tríade objeto-signo-interpretante (que anima a semiose) é algo que jamais estanca, uma vez que todo interpretante é tomado como signo para “um pensamento que o sucede no tempo, o qual, a sua vez, se converte em um signo para outro pensamento, e assim até o infinito” (APEL, 1997, p.69), ou, então, até o “estabelecimento” de um *interpretante final* – “limite ideal, aproximável, mas inatingível” (SANTAELLA, 2008, p.74).

Digo que os conceitos “demandam aperfeiçoamento” porque, se são o meio (como todo signo) pelo qual a realidade é experimentada, eles *insistem no pensar* já que, de um lado, a mente não cessa de interpretar e, de outro, os próprios objetos se chocam vez ou outra com opiniões e hábitos já estabelecidos, impondo a revisão do conhecimento anterior. Essa é a “ação lógica”<sup>3</sup> do “paciente objeto da semiótica”, como diz Ibri (1997, p.3): “de sua interioridade, este Objeto se faz exterior, tornando sua cognoscibilidade a sua própria essência de ser; ocultar-se como coisa em si mesma seria vedar-se à existência e eximir-se de evoluir”. Em outras palavras, a realidade *convida ao pensamento*, uma relação que é o nódulo metafísico e o mecanismo da semiose, assim como o fundamento do pragmati(ci)smo peirceano.

Ao introduzir o conceito de “hábito” em sua doutrina, Peirce está ressaltando que a elaboração conceitual via inquirição não é do tipo que só constata, mas pode resultar em

---

<sup>3</sup> “A ação lógica do objeto é a ação lógica do signo. E a ação do signo é funcionar como mediador entre o objeto e o efeito que se produz numa mente atual ou potencial, efeito este (interpretante) que é *mediatamente devido ao objeto através do signo*” (SANTAELLA, 2008, p.24).

ações efetivas. Nesse sentido afasta-se de uma ciência verificacionista, procurando ir mais além porque:

o objetivo da inquirição não é simplesmente reconhecer a cega bruteza da vida, mas viver nela, e não no modo como uma bola de *pinball* vive confinada em sua máquina, mas no modo que alcança compreensão e controle em nossas vidas. É na generalidade que essas coisas são possíveis, e é essa modalidade da realidade que emerge nos sistemas de representação verdadeiros. Consequentemente, nós somos motivados a investigar (...) precisamente por essa razão (LISZKA, 1998).

Retomando Delaney (2002), essa inquirição acontece por “processos mentais construtivos”, isto é, inferências que permitem partir de premissas e chegar a conclusões. Esse “caminho” de uma informação a outra só é possível por causa da abdução, tipo de raciocínio “que introduz uma ideia na realidade” e pode ser descrita em uma ilustração tal como “X é extraordinário; entretanto, se Y fosse verdade, X não seria mais extraordinário; logo, X é possivelmente verdadeiro” (CAPRETTINI, 2008, p.156) Ainda, é um raciocínio necessário e vital porque está presente até em simples constatações:

Ao olhar pela janela nesta linda manhã de primavera, vejo uma azaleia em plena floração. Não, não! Não é isso o que vejo, ainda que seja a única forma de dizê-lo. Isso é uma proposição, uma frase, um fato; mas o que vejo não é uma proposição, nem uma frase, nem um fato, mas sim apenas uma imagem, que torno inteligível em parte mediante um enunciado de fato. Este enunciado é abstrato, enquanto que aquilo que vejo é concreto. Realizo uma abdução cada vez que expresso em uma frase o que vejo. A verdade é que toda a fábrica de nosso conhecimento é uma tela entretecida de puras hipóteses confirmadas e refinadas pela indução. Não se pode realizar o menor avanço no conhecimento para além do olhar vazio, se não medeia uma abdução em cada passo (PEIRCE *apud* BARRENA, 2007, p.222).

Essa é uma atividade que solicita imaginação. Concebida aqui para além da habilidade de fantasiar ou de inventar coisas distintas das reais, é “uma capacidade de formar imagens para ordenar nossa experiência” (JOHNSON *apud* BARRENA, 2007, p.113), compondo o motor criativo que permite o salto de uma existência dada (secundidade) para uma realidade transmissível em símbolos (terceiridade). Ainda, o processo abduativo – de formulação de hipóteses – requer um elemento de surpresa ou choque que conduza a uma indagação interessada, e por isso “qualquer máquina que raciocine está desprovida de toda originalidade, de toda iniciativa. Não pode encontrar seus próprios problemas (...) porque não tem imaginação nem capacidade de surpreender-se” (PEIRCE *apud* BARRENA, 2007, p.115).

Vemos que uma das características genuínas da formação e ampliação dos conceitos, como toda semiose, é prosseguir no rastro de uma indeterminação, porque a realidade em sua *força* pode apresentar-se sempre de uma maneira nova, o que instaura uma

pergunta. Isso só é possível se a semiose transcorre na plasticidade própria da mente: “nenhuma ação mental parece ser necessária ou invariável em seu caráter. (...) A verdade é, a mente não está sujeita à “lei” do mesmo modo rígido em que a matéria está. (...) Sempre resta um pouco de espontaneidade arbitrária em sua ação, sem a qual estaria morta (CP 6.148)”.

É sempre devido a uma dose de incerteza, demandando imaginação e questionamento, que o signo cumpre seu papel, “visto que tem que ser *outro para ser este signo*” (PONZIO, 2008, p.163), e isso porque todo pensamento “formulado com signos tem sua realidade não em uma visão instantânea e carente de relações” (APEL, 1997, p.69), mas decorre de interpretações anteriores, isto é, de um esforço mental para entender que o signo A associa-se mais ou menos assim: “A, ou seja B, ou seja C, ou seja D, ou seja...” (PONZIO, 2008, p.163).

É necessário lembrar e deixar claro que essa atividade de associação não é a mente que fabrica em suas vontades e caprichos, mas, ao contrário, tem uma costura própria constrangida pela realidade e que *demandada determinadas inferências*. Todo signo requer uma interpretação fundamentada, a uma só vez, no rigor do método e na liberdade criativa. Estamos no terreno de uma filosofia que não nega 1) “a autoridade da experiência” (CP 7.437) e 2) a importância do acaso e do indeterminismo no crescimento das ideias. Isso nos leva para o falibilismo, doutrina pela qual se torna “impossível atingir três coisas por meio do raciocínio: absoluta certeza, absoluta exatidão, absoluta universalidade” (CP 5.141).

Deparamo-nos com o aspecto falível dos conceitos ao perceber que tudo o que é fruto do pensamento tem um caráter geral, impossível de ser exaurido nas ocorrências factuais aqui-e-agora (APEL, 1997). Surge então uma abertura natural que permite ao pensamento ser revisto, em um movimento potencialmente infinito de aprofundamento da verdade – que não é a substituição de um predicado mais válido por outro. Se fosse assim, a mera reposição de conceitos por outros suporia rupturas que a visão sinequista de Peirce não suporta:

As teorias guiam a inquirição para que, nela, elas se aprimorem. Não é preciso dizer que esse crescimento é em direção à verdade (não apenas em maior acurácia, mas, mais importante, em direção a verdades maiores e mais profundas); mas talvez seja melhor dizer que o crescimento vem primeiro e que “verdade” se define como seu limite ideal (SHORT, 2004, p. 287)

Não havendo assim a necessidade pontual de uma verdade absoluta, o falibilismo encontra seu lugar na processualidade científica ao sugerir que “o objeto da ciência está sempre evoluindo e portanto também a própria ciência dentro desse processo, por isso é

autocorretiva” (BARRENA, 2007, p.171). Mas a negação de uma certeza absoluta não invalida toda a ciência, uma vez que um conceito, mesmo podendo ser corrigido, tem sua origem em alguma investigação que o justifica e o sustenta, pelo menos em algum nível. O propósito do falibilismo é lembrar que não há “um fundamentalismo de tipo cartesiano no qual o conhecimento necessite de princípios indubitáveis” (*idem*). Embora a investigação científica seja propensa ao erro, ela “é sempre gratificante, pois é a maneira que o intelectual tem de conversar com a natureza” (SANTAELLA, 2004), uma vez que a propensão ao erro vai nos mostrar que o sentido dessa “conversa” é *continuar conversando*.

Nesse sentido se deflagra uma das características do realismo de Peirce: sua dimensão comunitária, que “opõe a qualquer relatividade concebível na experiência a força do pensamento inferencial ‘*in the long run*’” (APEL, 1997, p. 92). Se, por um lado, o falibilismo recomenda uma investigação contínua no seio de uma realidade em evolução e aprofundamento, isso só é possível enquanto o pensamento transcenda os sujeitos de carne-e-osso e prossiga em comunidade, nos termos de uma atividade socialmente incorporada.

Assim, a verdade com a qual a inquirição trata é uma que independe de inclinações subjetivas [the vagaries of me and you], mas transparece na investigação levada suficientemente, isto é, a longo prazo [in the long run], até que se estabeleça um “consenso católico” [catholic consent] (CP 8.13) – lembrando que a verdade não se torna verdadeira por causa do consenso, mas, ao contrário, o consenso se estabelece *porque* a verdade se impõe. É apenas nessa relação com o pensamento que a realidade se apresenta, sugerindo que tanto os objetos – em sua insistência ontológica – quanto o pensamento de outras pessoas têm o poder de nos *fazer pensar que*.

Se seguimos nesse eixo e retomamos a acepção peirceana de “método científico”, vemos que é só nas vias da comunidade que ele pode se desenvolver, porque isolá-lo de um pensamento público colocá-lo-ia nas feições de um método *a priori*, da autoridade ou da tenacidade. Esse é um dos motivos pelos quais a realidade depende da inquirição coletiva para ser verificada, encontrando seu lugar em uma comunidade “como sempre ilimitada – de seres que possuem certos sentidos e que podem comunicar-se através de signos” (APEL, 1997, p.52), e que “deve também ser real como ‘comunidade de interpretação’ linguisticamente comunicativa (...), e isso o prova o fato de que ela converte sua compreensão dos símbolos em regras de comportamento realmente eficazes (‘habits’)” (APEL, 1997, p.53) – regras essas que também fundamentam inquirições. Esse é um dos argumentos contra a ideia da “linguagem privada”, trabalhada por filósofos como

Wittgenstein (em sua segunda fase) e Bakhtin, para quem toda atividade que decorre do pensamento envolve em algum momento a presença do outro.

Podemos voltar àquilo que diz Peirce: “1. Não temos poder algum de Introspecção, mas sim, todo conhecimento do mundo interno deriva-se, por raciocínio hipotético, de nosso conhecimento de fatos externos” (PEIRCE, 2008, p.268). Isso significa que até mesmo para elaborar os conceitos que me permitem reconhecer a mim mesmo em distinção aos demais, “é preciso contar com um repertório de signos cuja manipulação se faz segundo regras compartilhadas por todos ao mesmo tempo, dentro de uma sociedade ou de um grupo” (ANDACHT, 2004, p.137). Dessa ação resultará que todo conceito elaborado a partir de fatos externos seja, ele também, um fato externo, e por isso Peirce afirma que “o signo externo e o homem são idênticos” (CP 5.314), tanto quanto Wittgenstein associa a linguagem “a uma forma de vida” (WITTGENSTEIN, 2005, §23). Essa é uma das essências da inquirição em comunidade: “na semiótica de Peirce o fato de tender para o outro significa se plenificar, é o *ágape* da semiose enquanto série de signos compartilhados ou a compartilhar no futuro, porque esses signos só me pertencem para os verter para a comunidade, para serem comunicados” (ANDACHT, 2004, p.140).

Até o momento, associamos a formulação de ideias e conceitos – quaisquer que sejam – a uma atividade de inquirição, respaldada no crescimento do signo (semiose), no processo inferencial potencialmente infinito, no tipo de raciocínio conhecido como abdução (que fundamenta criativamente a interpretação dos signos tornando possível novos entendimentos) e no aspecto comunitário dessa semiose, sem o que o resultado de nossos pensamentos teria o ar solipsista de descolamento da realidade.

Isso nos leva a supor que a interação entre mídia e sociedade também se constitui de hábitos de ação e crença resultantes de inquirição, de modo que “a sociedade *age e produz* não só com os meios de comunicação, ao desenvolvê-los e atribuir-lhes objetivos e processos, mas sobre os seus produtos, redirecionando-os e atribuindo-lhes sentido social” (BRAGA, 2006, p.22). Nesse sentido a compreensão das mensagens veiculadas não estaria dada no polo do emissor, nem configurada exclusivamente no polo do receptor: “a sociedade não apenas sofre os aportes midiáticos, nem apenas resiste pontualmente a estes. Muito diversamente, se organiza *como sociedade*, para retrabalhar o que circula, ou melhor: para fazer circular, de modo necessariamente trabalhado, o que as mídias veiculam” (BRAGA, 2006, p.39). É assim que vamos percebendo a interação social sobre a mídia como um “sistema de resposta socialmente desenvolvido dentro da mesma dinâmica

histórica que move a sociedade em sua midiaticização” (BRAGA, 2006, p.45): os meios estão inseridos em relações que lhes dão sentido, e por isso podemos não só criticar os meios, como fazemos isso *usando os meios*.

Ainda:

Superamos já uma percepção (vigente pelo menos até os anos 1980) de que os usuários dos meios ditos “de massa” seriam homogêneos, passivos e, portanto, facilmente manipuláveis. Reconhece-se hoje uma possibilidade de resistência (baseada em mediações culturais extramidiáticas) do “receptor”. Mas, se o “receptor” resiste, isso não significa necessariamente que faça as melhores interpretações, os melhores usos (BRAGA, 2006, p.61).

Essa situação deflagra o cerne do que nos propusemos discutir: agora podemos entender que o anúncio em questão é produto de uma sociedade que se organiza (MARTINO, 2009) a partir da centralidade dos meios de comunicação de massa. Na medida em que a mídia se torna fundamental para o funcionamento de uma sociedade complexa (*idem*), ela se transforma em uma grande fonte de informações, visões de mundo, conceitos e ideias, mas se submete também às interações extramidiáticas que vão comentar, analisar, criticar ou até discordar dela. Essa é a lógica da inquirição, lembrando que todo conceito que nos aparece o faz para ser objeto de um pensamento futuro, e assim por diante: “a ação que é própria do signo é a de crescer” (SANTAELLA, 2000, p.19).

Nesse sentido, entendemos que o anúncio analisado, com as afirmações de que “a rede Globo controla sua mente” e que “nossa força [contra a emissora] é ainda maior”, aparece no contexto reativo e responsivo que a própria sociedade midiaticizada possibilita. Afinal, uma vez que os meios estão numa sociedade *em inquirição*, eles próprios potencializam esse tipo de reação.

E, dessa forma, somos levados a ver que o anúncio contradiz sua constatação, já que ela é fruto de um procedimento hipotético-inferencial de inquirição e experimentação. O que permite esse cartaz vir à tona, com toda a força de suas acusações, é o cenário do qual ele faz parte e é sintoma: uma sociedade midiaticizada que formula suas opiniões a partir de uma investigação livre, e que pode continuar pensando em um rastro indeterminado. Toda mente que constata é, em algum nível, dotada de liberdade e imaginação, e não controlada por forças externas.

“Controlar a mente” e “ser mais forte” que a mídia seria possível em um mundo em que os emissores e os receptores estivessem separados, em disputa, ancorados em uma vivência sustentada nos “fundamentalismos de tipo cartesiano”, como dicotomias do tipo espírito vs matéria. Todavia, este mundo é um cenário sinequista, que estrutura o

pensamento não como coisa separada da matéria e portanto controlável, mas como dinâmica possível de percepção, associação e entendimento – Greimas diria: “leitura humana de mundo” – sustentada na e contígua à própria regularidade (crescente e evolutiva) das coisas.

Além disso, uma perspectiva que torna possível a ideia de “controle da mente” é a mesma que confia na possibilidade de determinar as leis do Universo (terceiridade), o que nos levaria para um mundo automático e mecânico em que poderíamos conhecer todas as leis da natureza e determinar a ação do futuro. No entanto, sabemos “que o futuro é incerto e que é difícil, se não impossível, fazer prognósticos infalíveis. Por isso sempre foi deliberadamente dúbio o discurso dos videntes e lucrativo o negócio das loterias” (ARANA, 2001).

Assim, um mundo em que caiba a manipulação das mentes é o mesmo em que caiba o controle dos fenômenos até mesmo a longo prazo, mas a teoria de Peirce vai contra essa visão porque a lei da mente, fundamentada na grande “tendência generalizadora (...), lei de aquisição de hábitos” (CP 7.515), é uma lei que permite aprendizagem potencialmente infinita. Afinal, se a Globo controlasse nossa mente, estaria prevendo esse tipo de manifestação contra si mesma?

Disso concorre outro argumento que tensiona a separação entre emissores e receptores, pressuposta na ideia de que “nossa força é ainda maior”. Na verdade, somos levados a ver, a partir dos argumentos aqui colocados, que tanto a sociedade quanto os meios de comunicação são fruto de uma relação recíproca de entendimento e crítica, de modo que não há razão para “batalhar” contra a mídia colocando-a do outro lado do campo. Não estou negando que as grandes corporações midiáticas têm suas ideologias, visões e, portanto, recortes, às vezes omitindo ou enviesando informações, mas esse campo, do qual somos parte apesar de tudo, é justamente o nosso *Umwelt*, a união de “tudo aquilo que o sujeito percebe e que transforma em seu mundo perceptual, e tudo o que ele faz [e que] vira seu mundo efêtor” (UEXKÜLL *apud* ANDACHT, 2004, p.128).

Este *Umwelt* é possível, no caso dos humanos, por causa da vida aberta dos signos que nós aprendemos a manusear e que, por isso mesmo, constitui nossa identidade:

A melhor maneira de conceber esse *Umwelt* é como um diálogo contínuo e complexo; ali se desenvolve uma história que dura tanto quanto a vida da comunidade, porque ante cada morte concreta e individual, os outros reparam a trama com a única permanência possível entre os seres humanos, a que é fornecida pela semiose contínua (ANDACHT, 2004, p.129).

E assim somos levados a dois movimentos: 1) não separar a identidade do sujeito da comunidade que ele integra, porque 2) a mente *não reside no cérebro*:

Se o ser humano é signo, e o signo se caracteriza pela mediação e pela comunicação, isto quer dizer que o sujeito possui uma radical abertura, uma capacidade de relação e de estar em comunicação com outros que é inerente ao seu modo de ser. O sujeito humano não é algo enclausurado em si mesmo. Frente a outras visões da mente como algo privado, para Peirce as possíveis relações do sujeito são constitutivas de sua identidade. Ser um eu supõe fazer parte, ao menos como possibilidade, de uma comunidade. O eu é aberto e comunicável. A mente não é algo interno, encerrado em cada pessoa, mas sim é um fenômeno externo (BARRENA; NUBIOLA, 2007, p. 43).

Aqui voltamos, para finalizar, ao “nódulo metafísico” do realismo de Peirce que sustenta uma conaturalidade entre mundo e pensamento, justamente porque o último é um processo autônomo de evolução *ligado* à evolução do primeiro. Um mundo que não permite ao intelecto conceituar “é um mundo caótico, constituído de individuais por si e para si” (IBRI, 1992, p.35), de modo que “a reflexão sobre a tessitura da realidade revela sua natureza intelectual” (IBRI, 1992, p.58).

Não podendo ser assim controlado, porque faz parte de uma dinâmica maior de crescimento e generalização, o pensar é o movimento orgânico e vital que encarna em comportamentos e ações regulares. “O pensamento não está necessariamente conectado a um cérebro. Ele aparece no trabalho das abelhas, dos cristais, e através do mundo puramente físico. Ninguém pode negar que de fato está ali, assim como as cores, as formas etc. dos objetos estão ali” (CP 4.551). Desta forma, o cérebro é o veículo que funciona para o pensamento, e não o contrário.

## REFERÊNCIAS

ANDACHT, F. A representação do self na obra de Goffman: sociosemiótica da identidade. In: GASTALDO, E. (Org.) **Erving Goffman: desbravador do cotidiano**. Porto Alegre: Tomo, 2004.

APEL, K-O. **El camino del pensamiento de Charles S. Peirce**. Madri: Visor Editora, 1997.

ARANA, Juan. Karl Popper y la cuestión del determinismo. **Anuario Filosófico**, Pamplona, v. 1, n. 34, 2001. Disponível em:  
<<http://www.unav.es/gep/AF69/AF69Indice.html>>

BARRENA, S; NUBIOLA, J. Antropología pragmatista: el ser humano como signo en crecimiento. In: SELLÉS, J. F. **Propuestas antropológicas del siglo XX**. Pamplona: Eunsa, 2007.

BARRENA, S. **La razón creativa**: crecimiento y finalidad del ser humano según C. S. Peirce. Madri: Ediciones Rialp, 2007.

BRAGA, J. L. Parte I – Hipótese Prospectiva. In: **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Editora Paulus, 2006.  
Calouste Gulbenkian, 2003.

CAPRETTINI, G. P. Peirce, Holmes, Popper. In : **O signo de três**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

DELANEY, C. F. Peirce sobre ciência e metafísica: visão geral de uma visão sinóptica. **COGNITIO: Revista de filosofia**, n. 3, nov. 2002.

GINZBURG, C. Chaves do mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, U; SEBEOK, T. (Org.) **O signo de três**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

HARTSHORNE, C; WEISS, P & BURKS, A (eds.). **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1931-35 e 1958. (Fazemos referência a esta obra na forma usual: CP indica Collected Papers; o primeiro número designa o volume e o segundo, o parágrafo.)

IBRI, I. **Kósmos Noëtós**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

IBRI, I. O Paciente Objeto da Semiótica. In: PARLATO, Erika Maria e SILVEIRA, Lauro Frederico Barbosa da (Org.). **O Sujeito entre a Língua e a Linguagem**. São Paulo: Lovise, 1997.

LEFEBVRE, M. « **Ceci n'est pas une pipe(rie)** » : bref propos sur la sémiotique et l'art de Magritte. Images Analyses, v. 2, s/ data. Disponível em: < <http://imagesanalyses.univ-paris1.fr/v2/ceci-pipe-bref-41.html> >

LISZKA, J. (2008). **Peirce's Discursive Realism**. Disponível em:  
<<http://cspirce.com/menu/library/aboutcsp/liszka/disreal.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2012

MARTÍNEZ, J. E. **Signo en acción**: el origen común de la semiótica y el pragmatismo. Cidade do

MARTINO, L. C. A atualidade mediática: o conceito e suas dimensões. In: **Compós 2009 - Encontro da Associação Brasileira de Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Belo Horizonte, 2009.

México: Universidad Iberoamericana, 2010.

MILLS, C. W. Filosofias da ciência. In: **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

PONZIO, A. Bakhtin e Peirce: signo, interpretação, compreensão. In: **A revolução bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2008.

SANCHEZ, M. Resenha: MILLS, C. W. Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009. **Jornal de políticas educacionais**, n. 5, pp.71-73, 2009.

SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos**: como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SANTAELLA, L. **O método anticartesiano de C. S. Peirce**. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SHORT, T. **Peirce's theory of signs**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 2005.